



# SINDSAÚDE-SP

FETSS CNTSS CUT

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo - Ano XIII - Nº 90 - Julho/2005

## Campanha Salarial 2005

# Compromisso de Luta

## Agende-se, você não pode faltar!

Fotos: Parizotti

Imagens da passeata realizada durante Assembléia de 17 de junho



Dia **8 de julho** às 11 horas, **ATO PÚBLICO DE TODO O FUNCIONALISMO ESTADUAL** em frente ao **Palácio dos Bandeirantes**.

Vamos mostrar nossa indignação com o descaso do Sr. Governador Geraldo Alckmin com os trabalhadores públicos da saúde.

O Ato foi uma das deliberações de nossa Assembléia de 17 de junho, realizada em frente à Secretaria da Saúde.

Uma contagiante passeata em torno do Quartelão da Saúde marcou nossa Assembléia, enquanto uma comissão de negociação do Sindaúde-SP e parlamentares se reuniam com o secretário em exercício da Saúde para cobrar nossa pauta de reivindicações.

A Assembléia também deliberou reunião do **Comando Estadual de Mobilização**, que se realizará na sede do Sindaúde-SP no dia **21 de julho**, para avaliar a mobilização em todo o estado e apresentar propostas para a continuidade de nossa campanha salarial. Portanto, é fundamental sua participação nas reuniões locais para que sua opinião seja encaminhada para a reunião do Comando Estadual.

A próxima **ASSEMBLÉIA GERAL** ficou agendada para **agosto**. O Comando Estadual definirá data e local.

A coordenação da Campanha Salarial Unificada da CUT e os sindicatos do funcionalismo estadual marcaram uma **panfletagem** de convocação para o ATO em frente às agências do Banespa e da Nossa Caixa no dia **7 de julho**, dia de pagamento.



### ATO PÚBLICO

Dia 8 de Julho - 11h

Palácio dos Bandeirantes

Concentração:  
Estádio do Morumbi



# Governo Alckmin: Com recursos e sem respeito pelos trabalhadores

governo já admitiu que o Estado está gastando bem menos com pessoal.

Atualmente a despesa está em 42,78% das Receitas Líquidas Correntes. A Lei de Responsabilidade Fiscal

permite gastar até 46,55% sem nenhum impedimento legal. Em termos financeiros, a diferença significa 1,9 bilhão de reais em um ano. Recurso suficiente para conceder a reposição de 25% de reajuste salarial que

representaria um impacto aproximado de menos de 400 milhões de reais.

Para chefias, aumentou no começo do ano o prêmio de incentivo. Para nós, só aumento do assédio moral.



## Assédio moral: Resolução não é solução

izando-se preocupada com essa violência, a Secretaria da Saúde publicou no Diário Oficial do Estado (14/06/05) resolução criando uma comissão para elaborar um código de conduta, dizendo que seria para acabar com o assédio moral.

Sabemos que isso não é a solução.

Em 2001, foram criadas duas comissões: uma para elaborar um Plano de Carreiras; outra para discutir o Prêmio de Incentivo. Não resultaram em nada.

No entanto, a partir da nossa mobilização e do debate sobre a questão, as denúncias de assédio moral estão aumentando.

Nem o seminário para levar a questão aos locais de trabalho está sendo possível. No Hospital Regional Sul, por exemplo, a direção se recusou a promover o seminário.

Sem contar casos semelhantes aos vividos no tempo da ditadura militar. No Heliópolis, a direção não permite a entrada de representantes do Sindaúde-SP e nem aceita reunião para negociar com os trabalhadores do hospital. Em Araraquara, uma diretora ameaçou chamar a polícia caso os trabalhadores fizessem qualquer manifestação em frente à unidade.

Por isso, reivindicamos medidas concretas!

## MPT: mais um espaço de luta

quanto o governador não libera nosso reajuste salarial, o Ministério Público do Trabalho (MPT) vem dando pareceres favoráveis às nossas reivindicações, como a extensão da GEA em casos de licenças médicas.

No entanto, sabemos que sem pressão nem o MPT conseguirá nos ajudar.

Somente nossa mobilização conseguirá pressionar esse governo.

## Prefeitura de São Paulo S/A: Serra quer implantar OSs na Capital

atual prefeito de São Paulo, do mesmo partido do governador estadual, enviou um projeto de lei (PL 318/05) para a Câmara Municipal, em regime de urgência, com o objetivo de transferir para as chamadas Organizações Sociais serviços públicos municipais, em sintonia com o projeto do PSDB no âmbito estadual.

Entidades de trabalhadores públicos e de movimentos populares da saúde, desde que foram surpreendidas pelo envio do projeto à Câmara, já estão implementando ações para barrar essa proposta e defender a saúde pública na cidade de São Paulo.

Diante disso, o Sindaúde-SP, que faz parte das entidades mobilizadas contra esse projeto, promoveu a primeira Plenária dos trabalhadores públicos estaduais da saúde municipalizados da

capital, no dia 30 de junho, para debater a questão e deliberar ações para combater o projeto de terceirização dos serviços públicos no município.

No debate, os trabalhadores discutiram o projeto, o objetivo das organizações sociais, o modelo implantado no estado, a precarização tanto do atendimento à população quanto do emprego público, as semelhanças com o PAS – sistema implantado na capital durante as gestões de Maluf e Pitta - e as estratégias para encaminhar essa luta.

Os 16 hospitais administrados pelas Organizações Sociais não fazem licitação para compras, contratam sem concurso público, não têm controle social, pagam salários diferenciados, não têm padrão de lotação de funcionários, privilegiam trabalhadores com “boa aparência” e os locais são maquiados para parecer de ambientes modernos e limpos.

Desde que começaram a ser implantados no estado, em 1998, além de não terem melhorado o atendimento a toda população, os hospitais terceirizados atendem número limitado de pessoas; custam muito mais caros do que os públicos; aqueles que não são atendidos são encaminhados para os já superlotados hospitais públicos, sem equipamentos e profissionais, aprofundando a crise da saúde pública no estado.

Uma das deliberações da Plenária é levar essa discussão para os locais de trabalho, esclarecendo a categoria e ressaltando a importância da mobilização, pois o projeto deverá ser votado na Câmara Municipal no próximo semestre.

A Plenária deliberou também a participação dos municipalizados nas **Plenárias Municipais da Saúde nos dias 8 e 23 de Julho**, com outras entidades como os Sindicatos dos Enfermeiros, Farmacêuticos, Médicos, Odontólogos, Psicólogos e do Sindsep-SP (Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de São Paulo).

Também ficou agendada para o dia **4 de agosto**, às 10 horas, a segunda **Plenária da Capital**.